



GRUPO PARLAMENTAR PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA

Exmo. Senhor
Presidente da Comissão de Orçamento e
Finanças
Deputado Filipe Neto Brandão

Assunto: Audição urgente do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais sobre IMI

O Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais (SEAF) em entrevista ao jornal de Negócios adiantou que está prevista a revisão dos coeficientes que determinam a avaliação dos prédios urbanos, afirmando que existe um “**desalinhamento do VPT** [Valor Patrimonial Tributário] **dos imóveis face àquilo que é a realidade do mercado**”.

Este anúncio do SEAF deve suscitar a maior preocupação a todos os portugueses, porquanto está em curso um processo de reavaliação de imóveis em larga escala, com o objetivo de aumentar o VPT que determina o valor do imposto municipal sobre imóveis (IMI), que os portugueses pagam quando são proprietários.

Num contexto de aumento assinalável do custo de vida, como o que temos vivido, que resulta da inflação e do aumento das taxas de juro de referência do Banco Central Europeu (BCE), mas também do aumento da carga fiscal, o Governo não pode lançar um aviso destes sem dar explicações.

Ainda mais, o alegado desajustamento do VPT face aos valores de mercado não pode ser visto separadamente do facto de existir uma grave crise na habitação e de escassez de construção de novo edificado, que naturalmente conduziu a uma subida dos preços dos prédios urbanos.

Os últimos anos têm sido marcados pelo aumento da carga fiscal, que levou o Estado a arrecadar em dois anos, 2022 e 2023, cerca de 13.000 milhões de euros a mais em impostos e contribuições do que aquilo que estava previsto nos Orçamentos do Estado desse período.

Em 2024, a carga fiscal volta a aumentar, em 2 p.p., para 35,5%, um valor máximo, comprovando que o Estado continua a extrair da economia uma parcela assinalável da riqueza gerada, à custa do sacrifício de todos os portugueses.

Mesmo as recentes medidas anunciadas de redução do IRS no Orçamento de Estado para 2024, num valor de 1.700 milhões de euros, o que poderia levar a pensar que existirá uma redução da tributação em Portugal, será, afinal, compensada com um brutal aumento dos impostos indiretos, num valor que ascende a 1.600 milhões de euros.



GRUPO PARLAMENTAR PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA

Nestes aumentos está, por exemplo, o caso do IUC, com o alegado argumento da tentativa de redução das emissões de CO2, mas que na verdade não é mais do que uma forma de aumentar a receita do Estado.

Assim, este anúncio da intenção do Governo em promover ao agravamento do IMI deve suscitar perplexidade, quer quanto à oportunidade da medida, face ao aumento de custo de vida que se tem verificado, quer quanto ao modo, feito numa entrevista sem grandes explicações e dando como adquirido que será assim.

O Ministro das Finanças, quando perguntado pelo PSD na audição na generalidade do Orçamento de Estado para 2024, recusou a ideia de que fosse existir um aumento do IMI. Mas, efetivamente, as informações que continuam a vir a público dão a entender que vai mesmo existir uma revisão dos fatores que influenciam o VPT dos prédios urbanos.

Deste modo, porque não pode o Governo anunciar sem mais a intenção de agravar para os portugueses o valor que estes pagam de IMI, os Deputados do Grupo Parlamentar do PSD vêm requerer, nos termos constitucionais e regimentais aplicáveis, **a audição urgente** do Senhor Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais.

Palácio de São Bento, 27 de outubro de 2023

Os Deputados,
Hugo Carneiro
Duarte Pacheco
Alexandre Simões
Afonso Oliveira
Artur Soveral Andrade
Carlos Eduardo Reis
Isaura Morais
João Barbosa de Melo
Jorge Paulo Oliveira
Patrícia Dantas
Paulo Moniz
Rosina Pereira
Rui Vilar
Sara Madruga da Costa